

A TRAJETÓRIA CONSERVADORA DA TEORIA INSTITUCIONAL

Cristina Amélia Carvalho¹, Marcelo Milano Falcão Vieira²,
Sueli Maria Goulart Silva³

Este artigo foi originalmente publicado na Revista de Administração Pública-RAP, em 2005, no v.39, nº4. Agradecemos ao editor-chefe da RAP a autorização para sua republicação.

RESUMO

A década de 1970 é identificada como a da retomada da teoria institucional nas ciências sociais. Desde então, pesquisas em diferentes áreas, como na ciência política, na economia e na sociologia, reavivaram o interesse pelas instituições como elementos determinantes para o entendimento da realidade social. No Brasil, a teoria institucional vem sendo crescentemente adotada como base para estudos empíricos. Embora o visível crescimento do número de trabalhos empíricos sob a abordagem sugira a emergência de um campo de pesquisa relativamente forte, considera-se importante que discussões teóricas sejam também realizadas por pesquisadores brasileiros de modo a que se possa ocupar espaço no campo da produção do conhecimento e não meramente de sua reprodução. Este artigo pretende contribuir com a discussão teórica, recuperando as origens da teoria institucional, situando as principais temáticas e formas de abordagens em suas versões originais, surgidas em fins do século XIX, contrapondo-as às versões do final da década de 1970. O argumento central é que, nesse percurso, houve uma inflexão da teoria para uma orientação conservadora e que isso, por si só, deveria representar uma preocupação da *intelligentsia* no Brasil.

Palavras-chave: Teoria institucional. Crítica

1 Na ocasião da publicação original deste artigo, a autora era professora do Propad/UFPE, coordenadora do Grupo de Pesquisa Observatório da Realidade Organizacional e pesquisadora do CNPq. Doutora em Ciências Econômicas y Empresariales. Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Integrante do grupo de Pesquisa Observatório da Realidade Organizacional. cris_carvalho@uol.com.br

2 Na ocasião da publicação original deste artigo, Marcelo Vieira era professor da FGV-EBAPE, coordenador do Observatório da Realidade Organizacional e pesquisador do CNPq.

3 Na ocasião da publicação original deste artigo, a autora era bibliotecária da UFAL, doutoranda do Propad/UFPE, bolsista da FAPEAL e pesquisadora do Observatório da Realidade Organizacional. Doutora em Administração. Docente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Integrante dos grupos de pesquisa Organização e Práxis Libertadora e Observatório da Realidade Organizacional. smgsilva@ea.ufrgs.br

THE CONSERVATIVE TRAJECTORY OF INSTITUTIONAL THEORY

ABSTRACT

The 1970s are identified as the decade when institutional theory was resumed in social sciences. Since then, researches in different fields such as political science, economics and sociology have revived the interest in institutions as vital elements for understanding the social reality. In Brazil, institutional theory has been more and more used as the basis for empirical studies. Although the increasing number of empirical studies using this approach suggests the emergence of a relatively strong research field, it is important that Brazilian researchers discuss it on a more theoretical level in order to produce knowledge and not merely reproduce it. This article intends to contribute to the theoretical discussion, recovering the origins of institutional theory, contextualizing the first topics and approaches in their original versions of the end of the 19th century and contrasting them with those of the end of the 1970s. The article's core argument is that the theory has assumed a conservative orientation, which should be an object of concern for the Brazilian intelligentsia.

Keywords: Institutional theory. Critique.

The content of GESTÃO.Org is licensed under a Creative Commons Attribution 3.0 license.

1. O CONTEXTO: ORIGEM, LUGAR E POSICIONAMENTO DOS AUTORES EM RELAÇÃO AO TEXTO

Este artigo é um ensaio teórico de posicionamento e como tal não deve ser confundido com um texto prescritivo em relação a qualquer abordagem ou opção teórica. Apesar dessa distinção necessária, é importante salientar que a prescrição ou a contribuição mais direta e imediata do pesquisador para a sociedade também é relevante. Acreditamos que o papel do cientista social está fortemente vinculado às contribuições de suas idéias para a construção do conhecimento e a transformação da sociedade, principalmente quando esta se caracteriza por severas desigualdades que se tornam mais agudas e se reproduzem. Assim alinhamo-nos com Said (2005:26) quando afirma que o papel do intelectual

encerra uma certa agudeza, pois não pode ser desempenhado sem a consciência de se ser alguém cuja função é levantar publicamente questões embaraçosas, confrontar ortodoxias e dogmas (mais do que produzi-los); isto é, alguém que não pode ser facilmente cooptado por governos ou corporações, e cuja *raison d'être* é representar todas as pessoas e todos os problemas que são sistematicamente esquecidos ou varridos para debaixo do tapete.

Este artigo representa, ainda, uma trajetória de pesquisa que aqui passamos a delinear. Em 1999 escrevemos, em parceria com o professor Fernando Dias Lopes, outro ensaio teórico, premiado com menção honrosa na área de organizações da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração (Anpad), onde discutíamos as principais contribuições da perspectiva institucional para a análise das organizações em geral e no Brasil em particular (Carvalho, Vieira e Lopes, 1999). Era o início da trajetória do Grupo de Pesquisa Observatório da Realidade Organizacional e de uma agenda consistente de pesquisa. Começava ali nossa preocupação com as possibilidades explicativas da teoria institucional, bem como seu potencial de aplicação na realidade brasileira, preocupação que até hoje orienta nosso trabalho. Isso porque a teoria institucional começava, no Brasil, a ganhar força e a nortear vários trabalhos na área dos estudos organizacionais, como veremos adiante.

Naquele artigo afirmávamos que a teoria cognitiva emerge como contraponto à concepção racionalista da ação, ao demonstrar que “a mente reage a uma grande quantidade de dados sensoriais que recebe, buscando reduzir a incerteza conceitual e dando à ‘confusão caótica’ de estímulos algum sentido e significado” (Hodgson, 1994:109). Assim, pretende reafirmar que os seres humanos não podem processar todos os dados sensoriais num cálculo

racional e que fazem uso e formam conceitos que, baseados em sua experiência anterior, os ajudam a tomar decisões e a agir.

A teoria cognitiva abre espaço, dessa forma, para os elementos subjetivos do conhecimento humano e, por essa razão, constitui um antecedente ontológico da teoria institucional. Propõe a impossibilidade da deliberação racional totalmente consciente sobre todos os aspectos do comportamento, em função da grande quantidade de informação e da imensa capacidade computacional que isso exigiria. Os seres humanos adquirem, não obstante, mecanismos para subtrair certas ações em curso da avaliação racional contínua: os hábitos. Sua função principal: ajudar a manipular e rotinizar a complexidade da vida cotidiana. A questão que começávamos a colocar como central, então, consiste em discutir até que ponto as inovações trazidas pela abordagem institucional, fundamentalmente as contribuições dos chamados neo-institucionalistas, podem ser úteis, tanto para a análise quanto para a ação nas organizações modernas, fundamentalmente no Brasil.

Em 2003, já com cinco anos de pesquisa teórico-empírica acumulada, e conseqüentemente com um razoável banco de dados sobre o assunto, escrevemos mais um ensaio teórico (Vieira e Carvalho, 2003), com características diferentes do primeiro, de 1999, pois já se delineava, ali, um certo questionamento da teoria. Esse artigo foi agraciado com o prêmio Anpad de melhor trabalho na área de teoria das organizações em 2003. Afirmávamos naquele momento que saltava-nos à vista a imperiosa constatação de que, para podermos compreender os processos de institucionalização dos formatos organizacionais, é limitante trabalharmos no nível das organizações e tentarmos identificar processos de isomorfismo reduzindo o papel da construção histórica do contexto organizacional a um *wallpaper*, sem relacioná-lo às transformações que eventualmente possamos perceber.

Não nos parecia adequado o uso de cenários excessivamente reduzidos para compreender processos longos e de amplo espectro como os de institucionalização e, portanto, o que nesse artigo nos importava era, com efeito, resgatar como conceito seminal da teoria institucional a noção de campo. Avançávamos, assim, teoricamente, buscando na própria teoria suas possibilidades e limitações e não optando pelo caminho mais fácil e mais comum de fazermos a crítica da teoria a partir de uma perspectiva externa a ela própria.

Como ilustração das afirmações que fazíamos ao longo do artigo, utilizávamos os exemplos das organizações e campos culturais, os quais nos dedicamos a pesquisar mais

profundamente. Afirmávamos que compreender o processo de transformação de um campo de enorme importância simbólica é uma necessidade pelo duplo papel que desempenha, na formação da identidade nacional e na valorização da dimensão local e preservação de suas especificidades. O esforço de investigação que apresentávamos de forma condensada reforçava esta afirmação, na medida em que as questões identitárias — históricas, políticas, sociais e culturais —, a dimensão e especificidades locais, mostraram marcar fortemente a dinâmica do campo da cultura em cada uma das regiões brasileiras estudadas. Entretanto, desvendar este processo de transformação, suas origens, suas razões e os jogos de poder que ele encobre, sob a perspectiva institucional passou a ser para nós, sem dúvida, uma tarefa árdua que nos defronta com várias limitações explicativas-interpretativas, decorrentes, fundamentalmente, da limitada opção neo-institucional pela abordagem cognitiva, bem como pela posição de menor relevância atribuída à abordagem do poder, como ficará mais claro ao longo deste artigo.

A trajetória brevemente relatada aqui explica o nosso posicionamento neste artigo e até mesmo a própria decisão de o escrever. Representa uma rejeição à atração pelo conformismo, não-reflexivo e não-criativo, em relação a abordagens geradas em outras realidades, em centros de poder dominantes no jogo internacional, inclusive no acadêmico. É, antes de tudo, como ficará claro, uma reflexão fundamentada em conceitos das ciências sociais amplamente estudados e apreendidos na área, sobre os quais nos posicionamos após seis anos de investigação. Ora, não fazê-lo, não se posicionar, parece-nos, pois, no mínimo, inaceitável. Desse modo, pretendemos erguer o legado deixado por pensadores brasileiros que nos alertaram para a necessidade da apropriação criativa de teorias e práticas na medida das necessidades da sociedade em que vivemos.

2. O PROBLEMA DEBATIDO: A PREOCUPAÇÃO COM A TRAJETÓRIA CONSERVADORA

A década de 1970 é identificada por diversos autores, entre os quais DiMaggio e Powell (2001), March e Olsen (1993) e Scott (1995), como a da retomada da teoria institucional nas ciências sociais. Desde então, pesquisas em diferentes áreas, como na ciência política, na economia e na sociologia, reavivaram o interesse pelas instituições como elementos determinantes para o entendimento da realidade social.

No campo dos estudos organizacionais tem prevalecido o enfoque sociológico que, ao valorizar propriedades simbólico-normativas das estruturas, abriu novas possibilidades para a pesquisa empírica, especialmente por expandir a compreensão sobre dimensões do ambiente e, conseqüentemente, sobre as relações interorganizacionais que ali ocorrem.

No Brasil, a teoria institucional vem sendo crescentemente adotada como base para estudos empíricos desde o final dos anos 1980, por pesquisadores e grupos de pesquisa espalhados pelas diversas regiões do país. Apesar da diversidade de contextos, os estudos parecem confluir para a exploração do fenômeno do isomorfismo (Machado-da-Silva e Fonseca, 1993; Caldas e Vasconcelos, 2002; Carvalho e Goulart, 2003); para estratégias de legitimação utilizadas pelas organizações de vários setores (Machado-da-Silva e Fernandes, 1998; 1999; Pacheco, 2001); e, com menor ênfase, para processos de institucionalização de campos organizacionais (Carvalho e Lopes, 2001; Leão Júnior, 2003).

Sob orientação do chamado neo-institucionalismo alguns desses trabalhos, especialmente nas duas primeiras temáticas, têm forte influência da teoria cognitiva, enquanto outros tentam resgatar o poder como categoria importante de análise na estruturação dos campos.

A confluência observada, embora traga contribuições importantes no entendimento dos conceitos centrais da teoria, começa a sinalizar uma certa acomodação, refletida na simplificação na operacionalização de suas principais categorias, resultando numa relativa superficialidade das explicações de fenômenos organizacionais e sociais complexos. Embora o visível crescimento do número de trabalhos empíricos sob a abordagem sugira a emergência de um campo de pesquisa relativamente forte, considera-se importante que discussões teóricas sejam também realizadas por pesquisadores brasileiros de modo a que se possa ocupar espaço no campo da produção do conhecimento e não meramente de sua reprodução.

Muito recentemente, alguns trabalhos têm procurado esse caminho, seja apresentando as contribuições da perspectiva institucional em suas três vertentes (Carvalho e Vieira, 2003); explorando vertentes dentro da própria abordagem neoinstitucional da corrente sociológica (Andrade e Mesquita, 2003); buscando a conversação com outras abordagens (Vieira e Misoczky, 2003); refletindo sobre a interação paradigmática (Misoczky, 2003); ou ainda alertando para as limitações da teoria no que se refere à abordagem de campos, uma de suas categorias centrais (Vieira e Carvalho, 2003).

Este artigo contribui com a discussão teórica, recuperando as origens da teoria institucional, nas vertentes política, econômica e sociológica, situando as principais temáticas e formas de abordagens em suas versões originais, surgidas em fins do século XIX, contrapondo-as às versões do final da década de 1970. Ao mapear esse percurso, argumentamos que ocorreu uma inflexão conservadora da teoria institucional e que isso, por si só, deveria representar uma preocupação da *intelligentsia* no Brasil.

3. TRAJETÓRIAS DA TEORIA INSTITUCIONAL: EVOLUÇÃO, RUPTURA OU ACOMODAÇÃO

Está se tornando consensual, nas discussões sobre as novas tendências teóricas e de investigação sociológicas, apontar a perspectiva institucional como um dos construtos teóricos mais promissores juntamente com a perspectiva ecológica e de redes, para explicar o funcionamento e evolução da sociedade organizacional.

Apesar da atualidade deste consenso, a teoria institucional emerge, nas ciências sociais, ao final do século XIX. Esta relativa antigüidade, entretanto, longe de estabelecer uma evolução linear e cumulativa revela momentos de inflexão, mostra a dinâmica do campo e sugere a ocorrência de disputas pelo “monopólio da competência científica, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (...)” (Bourdieu, 1983:122). Indica dinâmica, como alguns defendem, mas direcionada a objetivos analíticos revisados.

Uma breve revisão histórica da teoria mostra um percurso de rupturas, retomadas, tanto no quadro da teoria social quanto no quadro específico das instituições. Todavia, submetida a questionamentos sistemáticos, a teoria institucional continua sendo capaz de oferecer compreensões alternativas e úteis para fenômenos sociais em diferentes épocas e contextos.

A abordagem institucional, sob os adjetivos de *velho* ou de *novo* institucionalismo, tem sido explorada em diferentes vertentes — a política, a econômica e a sociológica —, que têm, cada uma, oferecido subsídios para o entendimento de fenômenos sociais em seus respectivos âmbitos do conhecimento.

Sob a primeira, foram destacadas, originalmente em fins do século XIX, estruturas legais e formas particulares de governança, enquanto estudos da década de 1970 enfatizam questões como a autonomia das instituições políticas em face de pressões sociais e políticas institucionais promotoras de cooperação internacional.

A vertente econômica, em sua origem, contrapôs-se aos fundamentos da economia clássica, introduzindo a estrutura social como determinante de processos econômicos; suplantada pela orientação econômica ortodoxa, seu ressurgimento, também na década de 1970, revela direcionamento para análises microprocessuais e predominantemente endógenas.

A orientação sociológica traz, para o centro da análise, as relações organização-ambiente, primeiramente focadas nas interações informais, em relações de poder e no processo constitutivo das instituições, com ênfase na heterogeneidade do universo organizacional. Em sua retomada, em fins dos anos 1970, relações de poder são postas em segundo plano e evidenciam-se requisitos de conformidade a padrões institucionalmente legitimados, enfatizando a homogeneidade entre conjuntos de organizações. A ampliação do nível de análise, do organizacional, para o interorganizacional e societal representa também uma modificação em relação ao período inicial.

3.1 A vertente política da abordagem institucional

No domínio da ciência política, a abordagem institucional foi dominante entre pesquisadores da Europa e da América desde a última metade do século XIX até as primeiras décadas do século XX. Manteve, em seus primórdios, uma relação estreita com o direito constitucional e a filosofia moral concedendo, por isso, atenção especial aos aspectos legais e à ordenação administrativa das estruturas de governo (Scott, 1995).

J. W. Burgess, Woodrow Wilson e W. W. Willoughby estão entre aqueles que deram atenção à estrutura legal e aos arranjos administrativos caracterizadores de estruturas particulares de governança. Para entendê-las, realizavam análises históricas detalhadas acerca das origens, controvérsias e compromissos que geravam regimes específicos; desenvolviam também estudos comparativos voltados para compreender a diversidade na abordagem de problemas centrais por diferentes mecanismos de governança (Scott, 1995).

Contudo, a ênfase empiricista das ciências sociais nos anos 1930 favoreceu a emergência de uma abordagem essencialmente comportamentalista na ciência política. Assim, as décadas de 1940 e 1950 foram testemunhas da explosão do enfoque orientado para a análise do comportamento do indivíduo. Segundo Thelen e Steinmo (1992, segundo Scott, 1995:7), “para compreender as políticas e explicar resultados políticos, os analistas deveriam

enfocar, não os atributos formais das instituições governamentais senão que as distribuições informais de poder, as atitudes e o comportamento político”.

Produz-se desta forma um deslocamento do foco teórico das estruturas e das normas para o comportamento dos indivíduos, em questões como o voto, a formação de partidos políticos e da opinião pública, negligenciando as estruturas institucionais do comportamento político (Scott, 1995). Esta orientação foi responsável pela perda de importância da perspectiva institucional.

Durante a década de 1970 ocorre uma retomada do interesse pelas instituições que conformam a vida política, como o Poder Legislativo, as políticas estatais, o governo local ou as elites políticas, conforme indicam March e Olsen (1993:1-2). Para estes líderes do pensamento institucionalista “este novo institucionalismo sublinha a relativa autonomia das instituições políticas, as possibilidades de que a história não seja eficaz e a importância da ação simbólica para a compreensão da política”.

Desse modo, eles se apresentam como contraponto às contribuições mais próximas da corrente da teoria da eleição racional que considera as organizações edifícios racionalmente construídos pelos indivíduos para atingir seus interesses pessoais. Para March e Olsen (1993) as teorias contemporâneas da política têm uma orientação instrumentalista na qual o fundamental está na alocação de recursos, no atendimento aos interesses e na obtenção de resultados.

Para os institucionalistas, a sociedade burocrática na modernidade é responsável pela transformação paulatina das instituições sociais, políticas e econômicas. Elas cresceram, adquiriram uma considerável parcela de poder, tornaram-se mais complexas e eficazes. Esse crescente protagonismo das instituições está na origem do interesse da perspectiva institucional na ciência política. A este respeito, March e Olsen (1993:2) afirmam que “a maioria dos principais agentes nos modernos sistemas políticos e econômicos são organizacionais formais, e as instituições legais e burocráticas desempenham um papel dominante na vida contemporânea”.

A democracia política, por exemplo, um valor considerado universal por muitos e tão central na análise política, depende não somente das condições econômicas e sociais mas, também, da configuração das instituições políticas. Desse modo, instituições políticas como a União Européia (UE), a Organização das Nações Unidas (ONU) ou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) não são meros apêndices de estruturas sociais maiores, mas

desenvolveram vida própria. Para os institucionalistas, estes motivos lhes outorgam o direito de serem considerados atores políticos com força no cenário político-social. Depreende-se que, para os autores supracitados, uma organização burocrática, uma comissão parlamentar ou um tribunal de apelação são mais do que cenários para disputa de forças sociais; formam também conjuntos de procedimentos padronizados e estruturas que definem e defendem interesses.

Nos seus trabalhos mais recentes, concorda Chanlat (1989), a vertente política da perspectiva institucional concentra seu interesse em questões como a autonomia relativa das instituições políticas ante a sociedade, a complexidade dos sistemas políticos e a centralidade do papel exercido pela representação e o simbolismo no universo político. Estas temáticas têm formado a base de sua contribuição.

Os símbolos, os rituais, as cerimônias, os relatos e dramatizações na vida política têm sido capazes de oferecer à análise institucional uma coerência interpretativa da vida política na sociedade contemporânea (Meyer e Rowan, 1977; March e Olsen, 1993). Ao mesmo tempo cumprem, sob lógica imanente, uma função configuradora para um mundo de formas instáveis e voláteis, e permanentemente afetado pela turbulência social e política.

Esses temas são desenvolvidos pelas duas principais tendências do novo institucionalismo político (Powell e DiMaggio, 1991): a *teoria positiva* cujo foco de análise são os processos de tomada de decisões políticas e a relação entre estrutura e produtos ou resultados políticos nas instituições políticas domésticas; e a *teoria dos regimes* que se interessa pelas relações internacionais, em particular pelas formas de cooperação internacional e as instituições que as promovem.

Não obstante, tanto em uma quanto em outra tendência, a perspectiva institucionalista destaca a importância da dimensão cultural, por meio da valorização do campo simbólico na cena política, e do desenvolvimento da idéia de uma certa autonomia nas instituições políticas.

3.2 A vertente econômica da abordagem institucional

Na vertente econômica, a origem da teoria institucional é marcada pela publicação do artigo “Por que a economia não é uma ciência evolutiva?”, de Thorstein Veblen, em 1898. A

tônica desse artigo foi a crítica aos pressupostos metodológicos da economia clássica, fundamentalmente na concepção do homem como indivíduo racionalista e da conseqüente máxima racionalidade de suas escolhas (Seckler, 1977).

Veblen recusava o conceito de *homo economicus*, considerado tradicionalmente como determinante para o desenvolvimento do sistema econômico. Em oposição ao paradigma dominante, sustentava que os costumes e as convenções determinam o comportamento econômico e que a ação individual é influenciada pelas circunstâncias e as relações de natureza institucional. Assim “as necessidades e os desejos, o fim e o objetivo, as formas e os meios, a amplitude e o desígnio da conduta do indivíduo são funções de uma variável institucional de caráter bastante complexo e completamente instável” (Hodgson, 1994:19).

O aspecto complexo e instável assinalado por Veblen constituiu a razão do objetivo teórico que perseguia: a análise do processo de mudança, de transformação e de inovação no sistema econômico. Neste argumento encontrava-se seu principal confronto com o pensamento clássico que se preocupava com as condições de equilíbrio e sobrevivência do sistema. A questão para Veblen não residia em “como as coisas se estabilizam num ‘equilíbrio estático’, senão como crescem e se modificam interminavelmente” (Hodgson, 1994:22).

Sob influência da escola histórica alemã, cujo movimento, denominado *historismus* teve seu auge em 1900, o institucionalismo inseriu, no pensamento econômico norte-americano, o método indutivo em contraposição ao caráter eminentemente abstrato e dedutivo da época (Seckler, 1977). Assim, os primeiros institucionalistas defendiam que o processo econômico é incerto e ocorre na estrutura social, moldado por forças culturais e históricas (Scott, 1995).

John R. Commons e Wesley C. Mitchell formaram, com Thorstein Veblen, a base intelectual sobre a qual o institucionalismo econômico floresceu nas primeiras décadas do século XX. Apesar das diferenças entre eles, os três compartilhavam a precedência dos dados empíricos, o foco em problemas práticos específicos e a crítica à economia como um conjunto de leis universais. Deram, igualmente, ênfase à mudança permanente da economia, em oposição à idéia dominante do equilíbrio econômico (Scott, 1995). O institucionalismo surgia, assim, como o estudo dos processos dinâmicos e da evolução cultural, negando-se a ser uma teoria econômica da eficiência estática e do equilíbrio de mercado.

Embora tenha dominado o pensamento econômico norte-americano, especialmente durante o período entre as duas grandes guerras mundiais, a teoria institucional perdeu espaço

para a escola econômica neoclássica, segundo Hodgson (1994) em parte por ter-se afastado da busca de consolidação teórica e conceitual.

Apesar da audácia de sua proposta teórica diante do paradigma dominante, o impacto da velha teoria institucional foi mínimo e a causa principal, de fato, foi a crescente tendência empiricista que degenerou sua produção teórica para uma acumulação de dados cada vez mais distante do fio condutor de uma teoria. A excessiva atenção ao empirismo terminou por caracterizar os estudos institucionalistas como ingênuos e teoricamente frágeis e seus pesquisadores como “coleccionadores de dados por excelência” (Hodgson, 1994:21).

Como sublinham Baslé e co-autores (1993:464), “líder dos institucionalistas americanos [Veblen], não consegue apresentar uma teoria concorrente à economia neoclássica. Por isso, apesar da pertinência de numerosas críticas institucionalistas orientadas à ortodoxia, o movimento ficou frágil e isolado”.

A orientação particularista, localista e histórica, mérito no seu período de formação, levou os seguidores de Veblen, na opinião de Scott (1995), a negligenciar a natureza e a função de instituições políticas e econômicas em níveis mais amplos. Assim, apesar da contundência das críticas produzidas no período inicial, do esforço para se apresentar como contraponto e alternativa ao pensamento liberal, a análise institucional da economia acabou por ser engolida pela análise econômica ortodoxa, isolando o processo econômico das demais instituições sociais e políticas, ou seja, da própria estrutura social.

O ressurgimento da análise institucional na economia, por volta da década de 1970, não veio isento de influências do vitorioso — porque hegemônico — pensamento neoclássico, como se observa nos trabalhos de Williamson (1994, 1995) e de North (1990, 1993, 1996), dois dos principais representantes do que veio a ser chamado novo institucionalismo econômico.

Agora o foco da interpretação institucional se deslocou para a observação das conexões entre os custos de transação e a teoria das organizações, analisando as relações econômicas que ocorrem no universo organizacional. Seus questionamentos à teoria neoclássica limitam-se ao aspecto do equilíbrio perfeito do mercado. Consideram que há falhas nos mecanismos de mercado, mas que as organizações são capazes de usar instrumentos para se resguardar das incertezas, como instrumentos contratuais e mecanismos de governança.

Nesta perspectiva, o modelo de análise compreende três partes principais: o ambiente institucional, a governança representada pelas organizações e o indivíduo como ator racional. O conjunto de regras do ambiente institucional estabelece as bases para a produção, o intercâmbio e a distribuição, moldando formas contratuais. A governança se apóia na definição de arranjos institucionais entre unidades econômicas e se refere à forma como essas unidades cooperam ou competem. As dimensões críticas do indivíduo são comportamentais e se referem à racionalidade limitada e ao oportunismo. Para a teoria dos custos de transação a principal preocupação é a governança das relações contratuais e, sua unidade de análise, a transação (Williamson, 1995).

Alegando que essa unidade de análise, no novo institucionalismo, recupera a visão presente nos trabalhos de Commons, um dos pioneiros da teoria institucional, Williamson (1994) defende os atributos microanalíticos dos custos de transação. Ao fazê-lo, revela a influência de Coase (1993), cujo foco na natureza da firma enfatiza relações de mercado e evidencia a preponderância de elementos sincrônicos na análise, ao contrário do caráter diacrônico dos estudos sob a égide do velho institucionalismo.

Os enunciados de Williamson, e de modo geral a economia neo-institucional, sugerem que sua atenção está quase totalmente dedicada às instituições econômicas no nível das empresas. Nas dimensões microanalíticas da economia buscam compreender a relação entre os diferentes níveis de eficácia e a economia de custos de transação das distintas formas de governo (Scott, 1995; Williamson e Winter, 1993).

O enfoque adotado por este novo institucionalismo não tem, como afirma Reis (1995:6), “nada a ver com o velho institucionalismo americano militantemente estribado numa identidade de resistência ao pensamento neoclássico”. Refletindo nesta mesma direção, Simon (1991) suspeita que a nova economia institucional está conseguindo compatibilizar-se com o paradigma neoclássico e utiliza, para isso, conceitos introduzidos na análise de forma casual e sem nenhum suporte empírico, ainda que ditos instrumentos sejam necessários para a sua construção teórica.

Por sua vez, North (1996:1) percebe, no novo institucionalismo econômico, elementos para apresentar o que considera modificações na teoria econômica neoclássica, sob a inspiração do “espírito” de Joseph Schumpeter. Sua alegação é que o pensamento econômico formal se tornou crescentemente matemático, elegante e preciso mas insuficiente para o entendimento dos problemas econômicos das sociedades, especialmente em face do

dinamismo dos tempos atuais. Para superar os pressupostos irrealistas da teoria neoclássica, quais sejam a concepção de mundo estático e livre de fricções, propõe reelaborar a noção de racionalidade e incorporar a dimensão temporal nas análises do desenvolvimento econômico das sociedades atuais. Sua reelaboração da noção de racionalidade implica assumir que idéias, dogmas e ideologias influenciam o processo decisório racional. Assim, as decisões são tomadas ante a incertezas que caracterizam as escolhas políticas e econômicas. Por isso, a análise deve incorporar o sistema de crenças dos atores envolvidos, mediado pela aprendizagem humana e, conseqüentemente, pelo tempo histórico.

O autor entende aprendizagem humana como um processo cumulativo, baseado tanto nas experiências passadas, incorporadas na coletividade, como nas experiências correntes dos indivíduos. Sob essa perspectiva, a racionalidade assume caráter coletivo e cultural sem, no entanto, abandonar a noção do comportamento oportunista, também presente em Williamson (1995) e a centralidade dos custos de transação.

Não obstante, da mesma forma que nos trabalhos de Williamson (1995), nos estudos de North as instituições suprem as falhas de mercado, baixam os custos de transação e tornam eficientes o sistema econômico e político. O apego de North (1993, 1996) à eficiência do mercado e à natureza cultural do processo econômico pode ser demonstrado por dois elementos centrais em sua obra: o direito de propriedade e a dependência do percurso⁴.

Em termos gerais, o direito de propriedade, de clara inspiração liberal, define as regras do jogo. Essas regras, ao assegurar direitos, tornam possível o estabelecimento de uma matriz institucional eficiente, “capaz de estimular um agente ou organização a investir numa atividade individual que traga retornos sociais superiores a seus custos sociais” (Gala, 2003:97). Nesta centralidade está exposta a permanência do individualismo que constitui a ontologia da tradição neoclássica, uma vez que são os agentes individuais (econômicos ou políticos) que respondem pela consolidação e/ou transformação das instituições (Cruz, 2003).

Como indicam alguns críticos da obra de North, como Gala (2003) e Cruz (2003), suas análises migraram da preocupação histórica e essencialmente empírica para preocupações teóricas. Entretanto, ao fazê-lo, não só incorporaram elementos do pensamento econômico neoclássico tais como a ontologia individualista e a endogenia das respectivas estruturas

⁴ *Path dependence*, no original.

institucionais, em sistemas nacionais vistos como entidades discretas, como abdicaram de tentar erigir um paradigma alternativo ao pensamento econômico dominante.

A proposição de uma ação racional modificada e a forma de abordar o equilíbrio do mercado, presentes nos trabalhos de Williamson (1995) e North (1990, 1993, 1996), terminam por vincular o novo institucionalismo econômico ao pensamento que pretendia criticar. Ou, como afirma Hodgson (1994:149), “o homem econômico habita agora as instituições sociais, mas ainda calcula e maximiza o melhor que pode”.

A predominância de categorias microanalíticas de análise, como a transação, e o isolamento de categorias, como matriz institucional, vinculam o escopo teórico do novo institucionalismo econômico ao pensamento neoclássico e incorporam o caráter parcimonioso atribuído por Hirschman (1998) à economia ortodoxa.

3.3 A vertente sociológica da abordagem institucional

Como as outras duas vertentes, também o institucionalismo sociológico recebe os qualificativos *velho* e *novo*. Embora ambos estejam assentados na tradição sociológica de Durkheim e Weber (Carvalho e Vieira, 2003), o velho institucionalismo atribuía pouca atenção às organizações (Scott, 1995). A ênfase dos estudos recaía sobre as macroestruturas institucionais e constitucionais, sistemas políticos, linguagem e sistema legal, deixando as organizações à margem das formas institucionais.

Segundo Scott (1995) são os teóricos dos anos 1950 e 1960 que começam a reconhecer a importância de coletividades particulares — as organizações — como unidades significantes no universo social. Distintas tanto das amplas instituições sociais quanto do comportamento individual, as organizações são percebidas como elos potenciais de conexão entre os indivíduos e o mundo social. Assim sendo, os estudos organizacionais passam a exigir novos aportes que não aqueles voltados exclusivamente para os aspectos internos às unidades de produção.

A partir daqueles anos não apenas as organizações se tornam mais complexas (surgimento das grandes corporações, fusões, internacionalização, organizações deserviços etc.) mas também a sociedade passa por profundas transformações políticas, sociais, culturais. É também esse o período de fortalecimento da teoria das organizações, fruto do que Motta

(2001:v) caracteriza como “uma mutação na teoria da administração, a partir da evolução da sociologia, da ciência política e da psicologia social norte-americanas”.

É de 1957 a publicação original de Selznick, considerado pioneiro na abordagem institucional nos estudos organizacionais (DiMaggio e Powell, 2001; Perrow, 1986; Selznick, 1996). A partir dos resultados de trabalhos anteriores (*TVA and the grass roots*, de 1949, e *The organizational weapon*, de 1952), nos quais discute o caráter e a competência organizacionais, Selznick (1972) formula, na obra de 1957, a diferença analítica entre organização e instituição.

A primeira “é um instrumento técnico para a mobilização das energias humanas, visando uma finalidade já estabelecida. (...) Refere-se a um instrumento precível e racional projetado para executar um serviço” (Selznick, 1972:5). Em tese, um empreendimento assim caracterizado atua basicamente sobre sua própria estrutura e concentra processos no desenvolvimento de seus produtos.

A instituição é “o produto natural das pressões e necessidades sociais — um organismo adaptável e receptivo” (Selznick, 1972:5) e como tal, assume caráter específico, valiosa em si mesma, independentemente dos produtos ou serviços que ofereça (Perrow, 1986). Em decorrência da diferença analítica, Selznick (1972) lembra a necessidade de que, ao estudar instituições, sejam resgatadas sua construção histórica e as influências do meio social.

Assim, pode-se verificar situações em que organizações tornaram-se instituições, ou seja, assumiram caráter especial e competências singulares. Como afirma Selznick (1972:120), “os termos *instituição*, *caráter da organização* e *competência distinta* todos se referem ao mesmo processo básico — a transformação de um ordenamento técnico (...) em um organismo social” (grifos do autor).

A institucionalização é, então, definida por esse autor como um processo que ocorre numa organização ao longo do tempo, reflete suas peculiaridades históricas, construídas pelas pessoas que ali trabalharam, pelos grupos e pelos interesses criados e pela maneira pela qual mantêm relacionamento com o ambiente.

Essa definição é significativamente alterada, no final da década de 1970, quando surge a nova versão do institucionalismo sociológico, principalmente com a publicação dos trabalhos de Meyer (1977) e de Meyer e Rowan (1977). Apoiados no conceito de instituição desenvolvido por Berger e Luckman (1978), aqueles autores definem a institucionalização

como “o processo pelo qual processos sociais, obrigações ou circunstâncias assumem o *status* de norma no pensamento e na ação sociais” (Meyer e Rowan, 1977:341).

Vê-se que, sob essa perspectiva, as organizações perdem o relativo controle sobre o ambiente, sugerido pela versão anterior, demonstrada no conceito de institucionalização de Selznick (1972). Mais adiante, neste artigo, serão discutidas as diferenças centrais entre o velho e o novo institucionalismo sociológico. Por ora, cabe destacar especialmente a noção ampliada de ambiente que dá sustentação aos argumentos neo-institucionalistas.

O ambiente como fator interveniente sobre a estrutura é introduzido no final da década de 1960, sob enfoque funcionalista, vindo a consolidar-se como interesse de análise na década de 1970, quando a teoria da dependência de recursos assume proeminência.

A mudança radical que constitui definir a teoria institucional como recurso explicativo mais amplo na análise das organizações é uma idéia expressa no trabalho de Meyer e Rowan (1977), ao apontar que as estruturas formais têm capacidade, tanto de gerar ações como propriedades simbólicas e, por isso, desempenham tanto funções objetivas concretas quanto sinalizam ao público externo e interno o que é a organização. Argumentam os autores que as organizações não se estruturam da forma como o fazem exclusivamente para obter eficiência em suas atividades, mas em razão de seus efeitos simbólicos. Desta forma, explicam, as organizações respondem a influências do ambiente, mas não apenas a variáveis concretas, como tecnologia, tamanho, mas também e, em alguns casos com maior ênfase, a valores, crenças e mitos compartilhados.

Sob a perspectiva institucional, o ambiente representa não apenas a fonte e o destino de recursos materiais (tecnologia, pessoas, finanças, matéria-prima), mas também fonte e destino de recursos simbólicos (reconhecimento social e legitimação). Dito de outra forma, o reconhecimento social e a legitimação representam requisitos básicos para a obtenção dos demais recursos, tornando preponderante a função do ambiente institucional para algumas organizações.

Nesta ótica, além dos requisitos técnicos que capacitam as organizações à eficiência e eficácia, o ambiente é constituído por elementos simbólicos e normativos, legitimadores de estruturas e práticas organizacionais. Como dimensões do ambiente, requisitos técnicos ou simbólico-normativos não são excludentes, condição que indica variações quanto à suscetibilidade organizacional a essas dimensões. Para alguns setores, normas e regras institucionalizadas têm preponderância na determinação de suas estruturas e processos, como

é o caso do setor educacional; para outros, há um equilíbrio relativo entre requisitos técnicos e institucionais, como no caso das organizações bancárias; em outros, como o setor manufatureiro, a preponderância de requisitos técnicos é amplamente determinante de suas estruturas e processos (Scott e Meyer, 1992).

A teoria institucional aponta para um relativo determinismo ambiental, especialmente quando são enfatizados os elementos reguladores e normativos das instituições. Assim é explicada a homogeneidade de formas organizativas em um dado campo, ainda que as organizações componentes estejam situadas em localidades distantes entre si, ou apresentem diferenças no que se refere à idade, tamanho e complexidade (Machado-da-Silva, 1991).

À maior sensibilidade aos elementos regulativos corresponde uma base legal, ou seja, as organizações se legitimam mediante a conformação a leis estabelecidas em seu âmbito de atuação. Esses elementos provêm predominantemente do Estado. A ênfase normativa indica uma base essencialmente moral e a legitimidade organizacional é definida em termos de sua adesão a normas definidas como padrões de comportamento. As fontes dessas normas são, preferencialmente, as profissões e seus mecanismos de controle.

No entanto, quando a ênfase recai sobre os elementos cognitivos, valoriza-se, na teoria institucional, a “representação que indivíduos fazem dos ambientes configuradores de suas ações”, incluindo as interpretações subjetivas que fazem (Carvalho e Vieira, 2003:31). Sob esse ângulo, são os significados atribuídos pelos indivíduos à realidade em que se acham inseridos que conformam seu contexto institucional de referência, ou seja, que definem estruturas e orientam ações organizacionais. A interpretação dos elementos institucionais é mediada por indivíduos, grupos e organizações que selecionam aqueles que mais se coadunam com sua lógica interior (Machado-da-Silva e Fonseca, 1996).

A cognição como base para a legitimidade está portanto relacionada à definição da situação comum em que se acham os atores sociais e/ou à adoção de um quadro de referência que orienta a ação organizacional (Scott, 1995).

Estas são, provavelmente, algumas razões pelas quais Scott (1987) já alertava para a necessidade de que o ambiente institucional fosse visto em seus diferentes níveis: geral e imediato. No primeiro prevalecem regras e normas compartilhadas globalmente e afetam genericamente um dado conjunto de organizações. No nível imediato, prevalecem aspectos de

dependência, poder e políticas e, conseqüentemente, a capacidade das organizações em lidar com estes elementos.

Considerando a ampliação dos tipos de transações entre as organizações e o reconhecimento de que as ações organizacionais são definidas com base na interpretação e significados atribuídos pelos indivíduos à realidade em que se acham inseridos, Machado-da-Silva e Fonseca (1996) propõem a classificação do contexto de referência nos níveis local, regional, nacional e internacional. O escalonamento em níveis não é estanque, afirmam, mas indica a predominância da origem de elementos (pessoas, grupos, organizações, condições sociais, políticas, culturais e técnicas) com os quais a organização troca materiais, energia e informação e que constitui seu espaço de legitimação. Essa classificação oferece suporte para a possibilidade “das organizações gerarem versões múltiplas e diversificadas de um mesmo padrão institucional, de acordo com os ditames de sua lógica interior” (Machado-da-Silva e Fonseca, 1996:110).

Ter como referência um ou outro contexto está relacionado à legitimação organizacional pois, para sobreviver e competir, a organização deve lutar para alcançar legitimidade no ambiente que lhe é determinante. Este, por sua vez, é definido pelas características particulares das organizações que as tornam sensíveis aos mitos racionalizados num contexto determinado (Meyer e Rowan, 1977). Mitos pela evocação de construções coletivas, compartilhadas, racionalizados pelo caráter normativo que assumem.

De acordo com o raciocínio institucionalista, as organizações geralmente adotam linhas de ação anteriormente definidas e racionalizadas na sociedade na tentativa de obter legitimidade (Meyer e Rowan, 1977) e o fazem mediante processos isomórficos coercitivos, normativos ou miméticos (DiMaggio e Powell, 1991).

O isomorfismo coercitivo se caracteriza pela conformação a pressões formais ou informais exercidas por organizações que exercem domínio de recursos escassos, especialmente financeiros. O normativo decorre da profissionalização que delimita e institui um conjunto de normas e procedimentos correspondentes a ocupações ou atividades específicas. O isomorfismo mimético é caracterizado pela adoção de modelos testados e bem-sucedidos em organizações similares.

Mas Machado-da-Silva e Fonseca (1993) reconhecem que, apesar das pressões isomórficas, subsistirão diversidades entre as organizações que atribuem à especificidade dos esquemas interpretativos que subjaz à visão de mundo dos dirigentes que, por sua vez,

interfere no delineamento das estratégias de ação, selecionando itens relevantes para situações particulares. Este argumento explicaria por que fenômenos que ocorrem em nível macrossocietal e, teoricamente, afetam igualmente todas as organizações, têm diferentes interpretações e, conseqüentemente, induzem diferentes posicionamentos organizacionais.

Percebe-se que a vertente sociológica da teoria institucional nos estudos organizacionais recuperou formalmente elementos metodológicos do velho institucionalismo econômico, especialmente ao enfatizar o foco empírico particularista e diacrônico. Para Scott (1995:2) esse “parentesco intelectual” continua presente, ainda que o novo institucionalismo sociológico guarde diferenças com seu antecessor da mesma vertente, conforme apontam diversos autores, entre os quais DiMaggio e Powell (2001), Selznick (1996) e Vieira e Misoczky (2003).

Aproximações e distanciamentos marcam o ressurgimento do institucionalismo sociológico nos estudos organizacionais no final da década de 1970, principalmente com a publicação dos trabalhos de Meyer e Rowan (DiMaggio e Powell, 2001; Scott, 1995). A relevância das relações entre organizações e ambiente bem como em suas dimensões; a revelação de aspectos da realidade organizacional inconsistentes com as explicações formais; e a crítica aos modelos baseados na ação racional são os principais pontos de aproximações e distanciamentos. Nesse movimento, pode-se perceber ora uma expansão analítica do novo institucionalismo, produzida sobre *insights* da versão anterior, ora distanciamento das concepções originais da teoria.

Conforme mostram DiMaggio e Powell (2001), o ambiente, no velho institucionalismo, estava circunscrito a uma base local, onde as interações organizacionais ou individuais ocorriam frente a frente e o recurso à cooptação constituía estratégia significativa de controle de variáveis ambientais. Como demonstra Selznick (1972), a instilação dos valores era tarefa por excelência da liderança institucional que os absorvia e selecionava na interação direta estabelecida territorialmente. No novo institucionalismo, o ambiente abandona a noção de territorialidade e volta-se para setores, áreas, indústria, campo. Os valores são compartilhados nessas dimensões e penetram as organizações, independentemente de avaliações morais ou racionais.

A inconsistência entre a realidade organizacional e as explicações formais era procurada, no velho institucionalismo, nas interações informais, em padrões de influência, nas

coalizões predominantemente internas, refletidas na conformação das estruturas às funções. O novo institucionalismo, sem desprezar as interações informais, destaca a irracionalidade na própria estrutura formal.

Em ambas as versões, a institucionalização limita a racionalidade organizativa; o que difere uma da outra são as fontes dessa limitação. No velho institucionalismo, os limites eram determinados por grupos de pressão internos à organização cujas alianças e intercâmbios asseguravam formas estruturais correspondentes a seus interesses. Para os teóricos do novo institucionalismo as formas estruturais refletem a busca de estabilidade e de legitimidade em face do ambiente.

Assim, o caráter específico e a competência distinta, categorias centrais na análise de Selznick (1972), enfatizam diversidade e mudança organizacionais; já a legitimidade e o isomorfismo, bases das formulações de Meyer e Rowan (1977), destacam a homogeneidade e a persistência de formas organizacionais. Aí também se revela a natureza política do velho institucionalismo por meio da centralidade do poder no processo de institucionalização e a neutralidade do mesmo processo na nova versão (Vieira e Misoczky, 2003).

A conformação substitui a mudança e a reprodução assume o lugar da transformação. A homogeneidade sobrepõe-se à heterogeneidade, o global ao local, a adaptação à diversidade. Nas afirmações de Selznick (1996) e de DiMaggio e Powell (2001) sobre o velho e o novo institucionalismo sociológico percebem-se os esforços em mostrar que os distanciamentos não implicam ruptura, mas merecem atenção. Não obstante, é palpável a inflexão conservadora do novo institucionalismo, o seu abdicar à tradição contestatória da “velha” teoria institucional e sua desistência de se erigir como leitura e práxis alternativas da realidade organizacional.

Apesar do questionamento de Selznick (1996) sobre a efetiva novidade do novo institucionalismo, o autor percebe *insights* e perspectivas nos estudos sob essa abordagem que contribuem para entender a persistência de formas organizacionais. DiMaggio e Powell (2001), reforçando seu pensar, defendem maior integração do institucionalismo organizacional à sociologia geral, a inclusão das questões de poder e interesses na agenda institucional e o aprofundamento sobre o tema da mudança institucional.

4. CONCLUSÕES

Como foi expresso na introdução, este artigo surgiu da necessidade sentida por seus autores de realizarem uma reflexão acerca da perspectiva institucional que, tanto eles quanto muitos autores no Brasil parecem estar usando sem prévia ponderação das raízes ontológicas que lhes deram origem e sem avaliar as transformações ocorridas na passagem da velha para a nova versão. Entretanto as interpretações e argumentações exploradas no artigo não esgotam este propósito; pelo contrário, expõem a necessidade de não abandonar este esforço que se inicia porque, por meio dele, poder-se-ão alcançar dois importantes objetivos: fortalecer a teoria por meio da articulação conceitual e da compreensão das bases ontológicas que lhe dão forma e, com mais propriedade, refletir sobre sua pertinência para analisar especificidades da realidade organizacional e social brasileiras.

A perspectiva neo-institucional propõe, ao tratar da relação da organização com seu ambiente, uma adequação aos requisitos ambientais pois estes são depositários de padrões de legitimidade e essa é, para as organizações, uma oportunidade para assegurar reconhecimento social, incrementar sua rede de relacionamentos com a sociedade e, também, reduzir riscos em períodos turbulentos e de incertezas (Meyer e Rowan, 1977). A conformidade, segundo os autores (amplamente citados na produção acadêmica nacional) aumenta as possibilidades de sobrevivência das organizações — atendendo a alguns requisitos da teoria — inclusive em maior grau do que a eficácia ou o desempenho nos procedimentos técnicos.

A questão que emerge destas afirmações é a subliminar apologia à subalternidade organizacional que se manifesta em expressões como “adequação”, “padrões”, “assegurar”, “reduzir riscos” e “conformidade”. A proposta é, portanto, o ajuste ao que está dado pelas forças que definem o ambiente (sim, porque “alguém” define o formato desse ambiente), evidentemente, o ambiente amplo, o ambiente global, ditado por uma complexa combinação de relações que tomam forma longe do ambiente próximo à organização; aquele que ela compreende e sobre o qual poderia influir. Se o parágrafo anterior for lido a partir de seu inverso poderíamos inferir que não se adequar ao estabelecido ou forjar seus próprios critérios de legitimidade serão razões mais do que suficientes para as organizações arriscarem sua sobrevivência.

O velho institucionalismo de Veblen e Selznick, depositário do intuito de alternativa ao paradigma dominante, tratava das bases institucionais locais, construídas por atores individuais e organizacionais na interação imediata com seu ambiente, sobre o qual detinham algum controle.

Fazendo uso de estratégias xadrezistas, a nova versão da teoria institucional antecipa a defesa ao buscar refúgio no território pantanoso da dimensão cognitiva. Defende-se assim da manifesta conformidade ao contexto institucional, argumentando que dele não deriva nem imobilismo social nem homogeneidade plena pois as condições ambientais e os movimentos de adequação organizacionais são mediados pelas interpretações dos indivíduos e das próprias organizações. Surge desta feita, no âmbito do neo-institucionalismo, a noção de esquemas interpretativos que dá margem a maior ou menor adequação a um ou outro nível do ambiente organizacional.

A argumentação visa enfrentar questionamentos e potenciais críticas à sua preferência pela abordagem da conformidade, mas o faz enveredando pela dimensão cognitiva, indo buscar no nível de análise individual a diversidade de que carece. Assim, a diversidade, o poder de mudar e de enveredar por caminhos não ditados, está garantida pelos esquemas interpretativos dos indivíduos e pela ação deles derivados.

Sob o domínio do foco na homogeneidade estrutural e processual, a perspectiva institucional tem dificuldades em desenvolver ferramentas conceituais que expliquem as razões para o surgimento de um novo cenário (o surgimento de um novo campo de arranjo de poder diferente de um arranjo anterior), sob novas configurações de poder, e as razões para as alterações de força ou as mudanças nos interesses e valores dos grupos. A forma de o fazer é priorizar a dimensão simbólica e a imperiosa necessidade das organizações em obter legitimidade.

Essas considerações, aliadas àquelas delineadas ao longo do texto, são a evidência da inquietude dos autores que, há anos, se debruçam sobre a interpretação institucional da realidade organizacional e, à luz de seus conceitos, investigam as especificidades das organizações brasileiras. Este é, aliás, o segundo motivo do esforço aqui realizado pois, é cabível pensar que, a uma realidade emergente em termos econômicos mas também políticos como é o Brasil no cenário internacional, não é interessante pautar as análises na adequação ao que é supradeterminado e na subordinação aos ditames do ambiente. Será esta nova versão da teoria, gerada no centro geopolítico do mundo atual, talhada à medida para a periferia?

Esta é uma inquietação que nenhuma pretensa neutralidade científica poderá impedir que estes e outros pesquisadores brasileiros sintam e reflitam a respeito. Neste ponto voltamos a sentirmonos em sintonia com Said (2005:27) quando defende “que o que intelectual menos deveria fazer é atuar para que seu público se sinta bem: o importante é causar embaraço, ser do contra e até mesmo desagradável”.

É também importante salientar aqui que nossa perspectiva e visão de mundo não abdicam da análise do mundo como ele é. Entretanto, fazê-lo simplesmente não é suficiente. Descrever a realidade “como ela é” é descrevê-la de forma parcial. Esta discussão remonta a Hegel, Marx e aos teóricos da chamada teoria crítica, nomeadamente a primeira e a segunda geração da Escola de Frankfurt (Adorno, Horkheimer, Marcuse e Habermas). Também não se trata de pura prescrição. Referimo-nos a uma questão de ordem epistemológica e ontológica que entende que só é possível entender o mundo “como ele é” a partir de uma visão sobre como ele “poderia ser” (de melhor!). A crítica aponta para a prática.

Essas questões revelam a importância e a necessidade de reflexões deste tipo que são necessárias e certamente terão, entre os pesquisadores brasileiros, suporte intelectual capaz de sustentar o esforço de fortalecimento da teoria articulado a uma apropriação criativa de seu conteúdo. Assim, ao tempo em que nos coloca em sintonia com o campo científico, este sim, sem fronteiras, contribui para a preservação de nossa identidade cultural, mediante a capacidade interpretativa de nossa própria realidade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Jackeline Amantino de; MESQUITA, Zilá. A certificação de produtos orgânicos e seu processo de institucionalização no Brasil. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 27., Atibaia, 2003. **Anais...** Rio de Janeiro: Anpad, 2003.

BASLÉ, M. et al. **Histoire des pensées économiques**: les contemporains. Paris: Sirey, 1993.
BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1978.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ———. **Pierre Bourdieu**: sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

CALDAS, Miguel Pinto; VASCONCELOS, Flávio Carvalho de. Ceremonial behavior in organizational intervention: the case of ISO 9000 diffusion in Brazil. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 26., Salvador, 2002. **Anais...** Rio de Janeiro: Anpad, 2002.

CARVALHO, Cristina Amélia; GOULART, Sueli. Formalismo no processo de institucionalização das bibliotecas universitárias. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 4, p. 921-938, jul./ago. 2003.

———; LOPES, Fernando Dias. Convergência estrutural e processual entre teatros e museus no Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 25., Campinas, 2001. **Anais...** Rio de Janeiro: Anpad, 2001.

———; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. Contribuições da perspectiva institucional para a análise das organizações: possibilidades teóricas, empíricas e de aplicação. In: ———; ——— (Orgs.). **Organizações, cultura e desenvolvimento local: a agenda de pesquisa do Observatório da Realidade Organizacional**. Recife: Edufepe, 2003.

———; ———; LOPES, Fernando Dias. Contribuições da perspectiva institucional para análise das organizações. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 23., Foz do Iguaçu, 1999. **Anais...** Porto Alegre: Anpad, 1999.

CHANLAT, J. F. L'analyse sociologique des organisations: un regard sur la production anglo-saxonne contemporaine (1970-1988). **Sociologie du Travail**, n. 3, 1989.

COASE, R. H. The nature of the firm. In: WILLIAMSON, Oliver E.; WINTER, S. G. **The nature of the firm: origins, evolution and development**. New York: Oxford University, 1993.
CRUZ, Sebastião C. Velasco e. Teoria e história: notas críticas sobre o tema da mudança institucional em Douglass North. **Revista de Economia Política**, v. 23, n. 2, p. 106-122, abr./jun. 2003.

DIMAGGIO, Paul J. The iron cage revisited : institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. In: POWELL, Walter W.; DIMAGGIO, Paul J. (Eds.). **The new institutionalism in organizations analysis**. Chicago: The University of Chicago, 1991.

———; POWELL, Walter W. Introducción. In: POWELL, Walter W.; DIMAGGIO, Paul J. (Eds.). **El nuevo institucionalismo en el análisis organizacional**. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.

GALA, Paulo. A teoria institucional de Douglass North. **Revista de Economia Política**, v. 23, n. 2, p. 89-105, abr./jun. 2003.

HIRSCHMAN, Albert O. Against parsimony: three ways of complicating some categories of economic discourse. In: PRYCHITKO, D. **Why economists disagree: an introduction to the alternative schools of thought**. Albany: State University of New York, 1998.

HODGSON, Geoffrey M. **Economia e instituições: manifesto por uma economia institucionalista moderna**. Oeiras: Celta, 1994.

LEÃO JÚNIOR, Fernando Pontual de Souza. Museus na região metropolitana do Recife: das heranças do passado à construção do futuro. In: CARVALHO, Cristina Amélia Pereira de; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão (Orgs.). **Organizações, cultura e desenvolvimento local: a agenda de pesquisa do Observatório da Realidade Organizacional**. Recife: Edufepe, 2003.

MACHADO-DA-SILVA, Clóvis. Modelos burocrático e político e estrutura organizacional de universidades. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Curso de Pós-Graduação em Administração. **Temas de administração universitária**. Florianópolis: CPGA, 1991.

———; FERNANDES, Bruno H. Rocha. Mudança ambiental e reorientação estratégica: estudo de caso em instituição bancária. **Revista de Administração de Empresas**, v. 38, n. 4, p. 46-56, out./dez. 1998.

———; ———. O impacto da internacionalização nos esquemas interpretativos dos dirigentes do Banco Bamerindus. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 14-24, jan./ mar. 1999.

———; FONSECA, Valéria Silva da. Homogeneização e diversidade organizacional: uma visão integrativa. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 17., Salvador, 1993. **Anais...** Salvador: Anpad, 1993.

———; ———. Competitividade organizacional: uma tentativa de reconstrução analítica. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 4, n. 7, p. 97-114, dez. 1996.

MARCH, James G.; OLSEN, Johan P. El nuevo institucionalismo: factores organizativos de la vida política. **Zona Abierta**, Madrid, n. 63/64, p. 1-43, 1993.

MEYER, J. W. The effects of education as an institution. **American Journal of Sociology**, v. 83, n. 2, p. 53-77, 1977.

———; ROWAN, B. Institutionalized organizations: formal structure as myths and ceremony. **American Journal of Sociology**, v. 83, n. 2, p. 340-363, 1977.

MISOCZKY, Maria Ceci. Poder e institucionalismo: uma reflexão crítica sobre as possibilidades de interação paradigmática. In: VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; CARVALHO, Cristina Amélia (Orgs.). **Organizações, instituições e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

MOTTA, Fernando C. Prestes. **Teoria das organizações: evolução e crítica**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

NORTH, Douglass C. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University, 1990.

———. **The new institutional economics and development**. St. Louis: Washington University, 1993.

Disponível em: <<http://econwpa.wustl.edu/eps/eh/papers/9309/9309002.pdf>>. Acesso em 13 mar. 2004.

———. **Institutions, organizations and market competition**. St. Louis: Washington University, 1996. Disponível em:

<<http://econwpa.wustl.edu/eps/eh/papers/9612/9612005.pdf>>. Acesso em 13 mar. 2004.

PACHECO, Flávia Lopes. O ambiente institucional como agente de mudança organizacional: o caso do Teatro Apolo-Hermilo. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 25., Campinas, 2001. **Anais...** Rio de Janeiro: Anpad, 2001.

PERROW, Charles. The institutional school. In: ———. **Complex organizations: a critical essay**. 3. ed. New York: McGraw-Hill, 1986.

POWELL, Walter W.; DIMAGGIO, Paul J. (Eds.) **The new institutionalism in organizational analysis**. Chicago: University of Chicago, 1991.

REIS, J. **O Estado e a economia numa época de globalização**. In: ENCUESTRO INTERNACIONAL DE CULTURA ECONÔMICA: LA ECONOMIA REGIONAL EN EL NUEVO ORDEN INTERNACIONAL, Córdoba, 1995. Diputación Provincial de Córdoba, 16 nov. 1995.

SAID, Edward W. **Representações do intelectual**. As conferências Reith de 1993. Tradução Milton Hatoum. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.

SCOTT, W. Richard. The adolescence of institutional theory. **Administrative Science Quarterly**, v. 32, n. 4, p. 493-511, 1987.

———. **Institutions and organizations**. Thousand Oaks: Sage, 1995.

———; MEYER, John W. The organization of societal sectors. In: ———; ——— (Eds.). **Organizational environments: ritual and rationality**. Newbury Park: Sage, 1992.

SECKLER, David. **Thorstein Veblen y el institucionalismo: un estudio de la filosofía social de la economía**. México: Fondo de Cultura Económica, 1977.

SELZNICK, Philip. **A liderança na administração: uma interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: FGV, 1972.

———. Institutionalism “old” and “new”. **Administrative Science Quarterly**, v. 41, n. 2, p. 270-277, 1996.

SIMON, H. Organizations and markets. **Journal of Economics Perspectives**, v. 5, n. 2, p. 25-44, Spring 1991.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; CARVALHO, Cristina Amélia. Campos organizacionais: de *wallpaper* à construção histórica do contexto de organizações culturais em Porto Alegre e

Recife. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 27., Atibaia, 2003. **Anais...** Rio de Janeiro: Anpad, 2003.

———; MISOCZKY, Maria Ceci. Instituições e poder: explorando a possibilidade de transferências conceituais. In: CARVALHO, Cristina Amélia Pereira de; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão (Orgs.). **Organizações, cultura e desenvolvimento local:** a agenda de pesquisa do Observatório da Realidade Organizacional. Recife: Edufepe, 2003.

WILLIAMSON, Oliver E. The economics and sociology of organization: promoting a dialogue. In: FARKAS, George; ENGLAND, Paula (Eds.). **Industries, firms, and jobs:** sociological and economic approaches. New York: Aldine de Gruyter, 1994.

———. Transaction cost economics and organization theory. In: WILLIAMSON, Oliver E. (Ed.). **Organization theory:** from Chester Barnard to the present and beyond. New York: Oxford University, 1995.

———; WINTER, S. G. (Eds.). **The nature of the firm:** origins, evolution and development. New York: Oxford, 1993.